



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 15.826/16**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais ao Sra. Salete Ramos Lucena Cavalcanti, Matrícula nº 000013, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que contava, à época do ato, 9.038 de tempo de serviço, e idade de 60 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Cons. Substituto - Relator

### **PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É a proposta !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Cons. Substituto - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

### Processo TC 15.826/16

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Salete Ramos Lucena Cavalcanti

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade

Gestor Responsável: Milton Moreira Raimundo

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.822/2017

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 15.826/16 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais ao Sra. Salete Ramos Lucena Cavalcanti, Matrícula nº 000013, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 de dezembro de 2017.

Assinado 19 de Dezembro de 2017 às 10:05



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 18 de Dezembro de 2017 às 17:46



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 19 de Dezembro de 2017 às 14:03



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO